Black Bloc: a conduta criminosa com sua devida punição jurídico penal

Thamires Azevedo Cabral - thamiresazevedocabral@yahoo.com.br

Galvão Rabelo - galvaorabelo@yahoo.com.br

Curso de Direito
Fundação Presidente Antônio Carlos de Ubá
Novembro/2014

Resumo

O artigo analisa os aspectos jurídicos do grupo *Black Bloc*, mormente quanto a sua tipificação no ordenamento brasileiro. Do inglês *black*, preto; *bloc*, grupo; teoricamente é o nome dado a pessoas mascaradas e vestidas de preto, com o fim de realizar certa manifestação. Contudo, podemos observar o abuso do direito de manifestar, tendo em vista, que os *Black Blocs* atuam depredando propriedades consideradas símbolos do Capitalismo. Primeiramente, é importante observar o contexto brasileiro que proporcionou o aumento de reivindicações, qual seja, a realização no Brasil dos eventos Copa do Mundo de 2014 e Olimpíadas de 2016, assim como a atuação do grupo no âmbito internacional. Há o conflito do direito de manifestar e o da segurança pública. Posteriormente, tem-se a exposição dos elementos a fim de caracterizar a conduta do grupo como criminal, com o grande problema quanto ao tipo penal em que o grupo deve ser enquadrado, assim como a necessidade de possível lei específica. A associação criminosa possui os elementos necessários para tal fim, com possibilidade de prisão em flagrante, garantindo a segurança nacional. É cediço que qualquer direito não é absoluto, assim como o de manifestar. Para excluir o quadro atual de manifestações simplesmente para destruir, regras devem ser severamente estabelecidas.

Palavras-chave: *Black Bloc*. Punição. Associação Criminosa.

Abstract

This article analyzes the judicial aspects of the group Black Bloc, especially in regard of its typification in the Brazilian law. In English, black, black; bloc, group; theoretically it is the name given to masked people who are dressed in black, in order to accomplish certain manifestation. However there is an abuse of the right of manifesting, because the Black Blocs act depredating properties which are considered symbols of the Capitalism. Firstly, it is important to observe the Brazilian context that increased the number of riots, which is, the fact that Brazil would be the host of the events World cup 2014 and Olympic Games 2016, as well as the performance of the group internationally. There is a conflict of the right to manifesting and public security. Later, we have the exposure of elements in order to characterize the conduct of the group as criminal, with the great problem in regard to the penal type that the group should be framed, as well as the need of specific law about the matter. The criminal association possesses the necessary elements for such end, with possibility of prison in the act, guaranteeing the national security. It is clear that any right is not absolute, as well as the right to manifesting. To exclude the current picture of manifestations simply to destroy, rules should be severely established.

Key words: *Black Bloc*. Brazilian context. International aspects. Punishment. Criminal association.

1. Introdução

Na elaboração do presente artigo utiliza-se o método e a técnica bibliográfica indutiva. Observa-se a necessidade da utilização do método dedutivo a fim de obter uma diretriz capaz de analisar dados para a organização dos mesmos e assim formar uma conclusão. E quanto à

técnica bibliográfica, necessária para ampliar o grau de conhecimento da própria orientanda, com a construção e solução do problema, descrevendo e organizando artigos, revistas, sites e doutrinas.

Black bloc surgiu na Alemanha, nos anos 1980 durante a Guerra Fria, em protestos antinucleares. Em 1990 eles surgiram nos Estados Unidos e no Canadá como radicais que queriam a destruição da propriedade, do governo e das empresas privadas.

Do inglês *black*, preto; *bloc*, grupo; é o nome dado a uma ação direta de um grupo com afinidades, em regra mascarados e vestidos de preto, para realizar algum tipo de protesto sem serem identificados e perseguidos, como também criar um “sentimento de unidade” e impedir o surgimento de um “líder carismático”.

LUDD (2002, p. 154), no livro *Urgência das ruas*, define como uma forma de agir, orientada por procedimentos e táticas, que podem ser usados para defesa ou ataque em uma manifestação pública.¹

O grupo manifesta danificando e até mesmo destruindo a propriedade privada, assim como instituições públicas, sendo considerado violeto pela maioria da sociedade. Os contrários, como John Zerzan (2003, documentário *Surplus*), considerado uma espécie de ideólogo dos movimentos, expõe, “não se pode falar em violência contra objetos: não se violenta uma mesa, cadeira ou vidraça.” Segundo Zerzan, a violência só pode ser exercida contra outros seres vivos, coisa que não acontece com o *black bloc*.

Bruno Fiuza conceitua o que seria a violência simbólica (FIUZA, 2013):

O ataque a uma loja do McDonald’s ou da Gap tinha um efeito simbólico importante, de mostrar que aqueles ícones não eram tão poderosos e onipresentes assim, de que por trás da fachada divertida e amigável da publicidade corporativa havia um mundo de exploração e violência materializado naqueles logos.

Não possuem um inimigo comum, podem ser o capitalismo, multinacionais e o governo, o que acaba ocasionando vandalismo e desordem. Em uma mesma manifestação, podem formar-se diversos grupos com diferentes objetivos e ações. Esses blocos podem até mesmo entrar em confronto entre si, a exemplo do que ocorreu nas protestos contra o G8, em

¹ Conforme aduz Ned Ludd, p.154: “O Black Block não é uma invenção absurda. Não deveria ser trivialmente associado a vandalismo e devastação irracional. É uma rede informal de grupos de afinidade, principalmente – mas não exclusivamente – de anarquistas, e que se estende por toda a América do Norte e Europa Continental. Estão ativos há anos elaborando estratégias e táticas, e estão dispostos a transformá-las de acordo com o contexto, as alianças e os objetivos.”

Gênova (2001)² e Montebello (Quebec), em 2007 durante a Cúpula de Líderes da América do Norte³.

Há que destacar que o direito de manifestar tende a ser prejudicado com as ações do grupo, causando pânico, destruição e prejuízo. Isso limita até mesmo o direito de ir e vir. Diante disso, é cediço a necessidade de normatização e regulamentação dessa conduta social. Mormente do Brasil, no qual as ações são consideravelmente recentes.

2. Contexto brasileiro: copa do mundo e olimpíadas

No Brasil, a primeira ação *Black Bloc* registrada pela grande imprensa, ocorreu durante a Ação Global dos Povos, em 27 de setembro de 2000, quando manifestantes mascarados promoveram depredação no andar térreo da sede da Bovespa, em São Paulo.

A sua dimensão e popularidade ganhou o país em junho de 2013, quando em todo o território nacional, brasileiros foram às ruas reivindicar melhorias ao país, motivados inicialmente pelo aumento das tarifas de ônibus e metrô.

As redes sociais, como meios de comunicação rápidos e eficientes, levaram milhares de cidadãos às ruas. As notícias de altos e desnecessários valores gastos com a Copa do Mundo e as Olimpíadas em contraste com as condições de vida, transporte, saúde, educação e segurança, foi o limite para a revolta da população brasileira.

Rapidamente os *black bloc* foram difundindo, enfrentaram a polícia com paus e pedras, quebraram vitrines de lojas e bancos, fazendo barricadas, incendiando lixeiras, destruíram veículos (principalmente carros da polícia).

No Brasil, existem páginas do movimento, sendo a maior “*Black Bloc Brasil*”, com quase 35 mil seguidores, seguida pela “*Black Bloc-RJ*”, com quase 20 mil membros. São postadas diariamente imagens de protestos e de ações da polícia, além de manuais de como proceder nas manifestações. Textos que elogiam atos de violência também são publicados. *Tais grupos servem como propaganda, agregando mais integrantes.*

Com o transcorrer do tempo, as manifestações tornaram-se palco quase que exclusivo do grupo, cuja plataforma principal de reivindicação é destruir, danificar, explodir, queimar, saquear e aterrorizar.

² Em tal manifestação o destaque foi a morte de um dos manifestantes pela polícia, que após o incidente teria passado com a viatura duas vezes sobre o seu corpo caído. As autoridades foram acusadas de abuso de poder. Além disso, fora a maior mobilização do gênero com mais de 300 mil pessoas.

³ Os policiais teriam se infiltrado no grupo durante as manifestações, contudo, teriam atuado como provocadores.

A desconfiança mútua e a propagação das cenas de violência acabaram com a possibilidade de aproveitar a energia social gerada pelas manifestações de junho para construir novos espaços de debate e mobilização que poderiam abrir perspectivas inéditas de ação política no Brasil.

Em reportagem a Revista Veja foi possível observar os seguintes dados (OLIVEIRA, p. 79):

Em dois meses de manifestações, mais de 200 agências bancárias foram depredadas, o que causou um prejuízo superior a 100 milhões de reais. No comércio, foi de 38 milhões de reais. Em São Paulo, o governo e a prefeitura gastaram até agora 350.000 reais para consertar vidraças das estações de metrô destruídas, placas de rua e pontos de ônibus. No Rio de Janeiro, o prejuízo superou 1,5 milhão de reais.

Em pesquisa feita pelo Datafolha no Estado de São Paulo, 95% dos entrevistados rejeitam os *Black Blocs*. Entre os jovens de 16 a 24 anos, 87% desaprovam as ações dos vândalos mascarados. Entre os mais velhos, com 60 anos ou mais, a desaprovação chega a 98% (DESAPROVAM, 2013).

3. Âmbito internacional

Quanto ao aspecto internacional, no Egito, os *Black Blocs* posicionaram-se contrários ao presidente da época, Mohamed Morsi. Alguns deles, foram presos sob acusação de terrorismo.

O mesmo oportunismo aconteceu com *Occupy Wall Street*, movimento dos Estados Unidos. Willian Vieira e Piero Locatelli fala sobre o assunto: “Em 2012, o ativista Chris Hedges os descreveu como o câncer que debelou o movimento, até então bem-sucedido em debater a tirania do capitalismo financeiro. O artigo virou um manifesto anti-Black Block.” (LOCATELLI; VIEIRA, 2013)

Nos Estados Unidos, em 3 de Fevereiro de 2014, o acusado Sr. Richard Dean Morano fora condenado a sete meses de prisão. O condenado é um manifestante americano do grupo *Black Bloc* que invadiu um carro da polícia e destruiu lojas durante a reunião do G20 de Toronto em Junho de 2010.

Além da prisão, o mesmo ficou obrigado a pagar \$ 3.500 (três mil e quinhentos dólares) como forma de reparação do dano que ele causou à reunião da cúpula.

Morano se declarou culpado em novembro de 2013 por cinco acusações de injúria pública e por pôr em risco a vida de funcionários de uma loja de roupas. O mesmo admitiu que foi um dos manifestantes que – disfarçado na roupa preta – devastou o centro de Toronto.

Foram deduzidas duas semanas de prisão por tempo já cumprido, sendo determinado dois anos de liberdade condicional, proibindo, durante esse período, a sua presença na cidade de Toronto/Canadá.

O juiz do caso, Marvin Zuker, afirmou que “a acusação, o julgamento e a condenação pública por um crime grave a vida da pessoa constitui punição séria, e é uma parte importante da sociedade de maneira a trazer aos infratores a sanção de sua conduta” (PAZZANO, 2014).

Na Alemanha, participantes de protestos são proibidos de usar qualquer objeto que impeça sua identificação pela polícia. Assim como no Canadá que adotou lei que proíbe o uso de máscaras em manifestações (BARBOSA; MAGALHÃES, 2014)

4. Conflitos de direito: A Democracia

É cediço que nenhum direito é absoluto, assim como o de manifestar e reivindicar. A segurança pública, o direito de ir e vir, mormente a dignidade da pessoa humana, são princípios pelos quais se deve buscar o equilíbrio.

Robert Alexy dispõe sobre a aplicabilidade dos princípios em caso de conflito:

Se dois princípios colidem – o que ocorre, por exemplo, quando algo é proibido e, de acordo com o outro, permitido –, um dos princípios terá que ceder. [...] Na verdade, o que ocorre é que um dos princípios tem precedência em face do outro sob determinadas condições (ALEXY, 2008, p.93).

Cediço a importância de tais princípios anteriormente expostos diante do Estado Democrático de Direito brasileiro, e por isso, indiscutível a sua prevalência em caso de conflito, como no presente caso. Assim, observa-se a importância dos princípios, como bem preleciona Alexy:

Enquanto razões para regras de natureza muitas vezes bastante técnica, o conteúdo axiológico dos princípios é mais facilmente identificável que o das regras; como razões decisivas para inúmeras regras, os princípios tem uma importância substancial fundamental para o ordenamento jurídico; sua relação à ideia de direito decorre de um modelo de fundamentação que avança do mais geral na direção do mais especial; e a contraposição de princípios, enquanto normas “desenvolvidas”, às normas “criadas” deve-se à desnecessidade de que os princípios sejam estabelecidos de forma explícita, podendo decorrer de uma tradição de posituação detalhada e de decisões judiciais que, em geral, expressam concepções difundidas sobre o que deve ser o direito.

Há exemplos de sólidas democracias de países europeus e Estados Unidos, onde as manifestações têm de seguir regras como o aviso com antecedência às autoridades sobre o dia, a hora e o trajeto em que serão feitas, e que dependem de aprovação. Fora desse padrão, atentaria contra o direito de ir e vir dos outros.

Podemos exemplificar com a França em seu decreto-lei de 1935 em que:

Com três dias de antecedência, no mínimo, três organizadores devem enviar uma declaração por escrito à prefeitura ou ao comando da polícia sobre a intenção de fazer uma manifestação. Dessa declaração precisam constar os seus nomes completos, os seus domicílios fixos, o dia, a hora e o itinerário a ser seguido pelo cortejo ou, no caso de ser apenas uma concentração de pessoas, sem passeata, o local escolhido para gritaria.

Se a prefeitura ou a polícia estimarem que a manifestação constitui ameaça grave à ordem pública ou que o aparato policial não está apto a garantir a segurança, elas poderão proibi-la. (SABINO, 2013)

Quanto ao direito a isonomia, inerente a todos os cidadãos, deve ser respeitado em uma manifestação. Achar que a existência de *Black Bloc* na mesma permite às autoridades tratarem todos como potenciais destruidores de patrimônio é equivocado.

Todos tem o direito de irem para a rua reivindicar seus direitos de forma respeitosa ao direito alheio. Isso é tratamento igualitário no limite das desigualdades, isso é democracia.

5. Punição e legislação

A 27ª Vara Criminal de Justiça do Rio de Janeiro decretou, em 06 de Setembro de 2013, a prisão preventiva dos três supostos líderes do grupo *Black Bloc* detidos em operação da Polícia Civil. Segundo a polícia, o trio é responsável pela administração da página *Black Bloc* RJ no *Facebook*. Os três responderão por associação criminosa. Fora também comprovada a participação em atos de vandalismo durante manifestações nos últimos meses.

Na justificativa da polícia, o fato de indivíduos aparecerem várias vezes em situações de depredação indica que há uma coordenação do movimento, que não se trata de algo espontâneo.

No dia 11 de Setembro de 2013, no Estado do Rio de Janeiro fora sancionada a Lei nº 6.528/2013 que trata do direito às manifestações pacíficas e que proíbe o uso de máscaras nos protestos de rua do Estado, salvo as manifestações culturais que integram o calendário da cidade, como Carnaval.⁴

⁴Art. 1º, 2º e 3º, Lei 6.528/13: “Art. 1º O direito constitucional à reunião pública para manifestação de pensamento será protegido pelo Estado nos termos desta Lei. Art. 2º É especialmente proibido o uso de máscara ou qualquer outra forma de ocultar o rosto do cidadão com o propósito de impedir-lhe a identificação. Art. 3º O direito constitucional à reunião pública para manifestação de pensamento será exercido: I - pacificamente; II - sem o porte ou uso de quaisquer armas; III - em locais abertos; IV - sem o uso de máscaras nem de quaisquer peças que cubram o rosto do cidadão ou dificultem sua identificação; V - mediante prévio aviso à autoridade policial. § 1º - Incluem-se entre as armas mencionadas no inciso II do caput as de fogo, brancas, pedras, bastões, tacos e similares. § 2º - Para os fins do inciso V do caput, a comunicação deverá ser feita à delegacia em cuja circunscrição se realize ou, pelo menos, inicie a reunião pública para manifestação de pensamento. § 3º - A vedação de que trata o inciso IV do caput deste artigo não se aplica às manifestações culturais estabelecidas no calendário oficial do Estado. § 4º - Para os fins do inciso V do caput deste artigo a comunicação deverá ser feita

Ela estabelece que as manifestações devem ser comunicadas às autoridades da região, com ao menos 48 horas de antecedência. A comunicação pode ser informal.

No Estado de São Paulo, um projeto de lei nº 657/13 tem como objetivo, acabar com o anonimato de quem participa dos atos. Assim como no projeto aprovado no Rio, a versão paulista diz ser proibido o uso de máscaras.⁵

6. A importância da prevenção nas manifestações

Conhecer previamente onde e como os *Black Blocs* irão atuar é essencial, a fim de evitar grandes depredações e risco de vida a moradores, trabalhadores e manifestantes pacíficos.

A Constituição Brasileira, em seu artigo 5º, que trata dos direitos fundamentais, protege o direito de manifestações. Contudo, a realização deve ser pacífica, em locais públicos e com aviso prévio à autoridade competente, para que essa possa viabilizar o trânsito, desviando rotas, além de mobilizar aparato policial. Assim dispõe:

Art. 5º [...]

[...]

XVI - todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente;

A função do aviso prévio deve ser destacada, como meio capaz de celebrar a manifestação sem que direito alheio possa ser violado.

Quanto a essa questão, dispôs o Tribunal Constitucional Federal da Alemanha em 1991 no julgado que tinha por objeto protestos contra a construção da usina nuclear de *Brokdorf* que teria sido proibida. O pedido fora julgado parcialmente procedente, dispondo ainda sobre algumas peculiaridades da legislação alemã da época, como o fato de constituir ilícito penal a realização de uma reunião não anunciada.

BVERFG 69, 315 (BROKDORF)

Reclamação Constitucional contra decisão judicial 14/05/1985

[...]

Junto de quaisquer regulamentações limitadoras, o legislador deve respeitar as decisões fundamentais constitucionais firmadas no Art. 8 GG; ele pode limitar o

ao batalhão em cuja circunscrição se realize ou, pelo menos, inicie a reunião pública para a manifestação de pensamento; § 5º - Considera-se comunicada a autoridade policial quando a convocação para a manifestação de pensamento ocorrer através da internet e com antecedência igual ou superior a quarenta e oito horas.

⁵ Art. 1º, Projeto de Lei 657/13: “É proibido ocultar, cobrir e dissimular, total ou parcialmente o rosto, fazendo uso de máscara ou qualquer outro artifício que impossibilite a identificação, durante manifestação nos próprios municipais.”

exercício da liberdade de reunião somente para a proteção de outros bens jurídicos de mesma importância, sob estrita proteção do princípio da proporcionalidade. [...]
 O dever de anúncio prévio vale apenas para as reuniões a céu aberto, porque elas, em virtude de seus efeitos externos, frequentemente exigem precauções especiais. As declarações relacionadas com o anúncio prévio devem fornecer as informações necessárias às repartições públicas, a fim de que elas possam ter uma ideia do que, de um lado, deve ser feito para que a realização da reunião transcorra de maneira a menos perturbar as regras de trânsito, e o que é necessário fazer, de outro lado, no interesse de terceiros, bem como no interesse da coletividade, e como esses interesses podem harmonizar-se uns com os outros (cf. BT Drucks. 8/1845, p. 10). [...]

Se o dever de anúncio prévio vale, mas não sem exceção, e se seu descumprimento não leva automaticamente à dissolução ou à proibição, então não se pode reconhecer que este dever, que tem fulcro em interesses coletivos relevantes, possa ser, via de regra, desproporcional. [...]

Uma proibição preventiva de toda a manifestação em face de desordens temidas advindas de uma minoria violenta é, ao contrário, permitida somente sob rígidos pressupostos e mediante a aplicação conforme a Constituição do § 15 VersG. Isso é o que ordena o dever de proteção ideal da liberdade de reunião, com as exigências decorrentes das garantias processuais. Deste contexto fazem parte uma alta probabilidade no prognóstico do risco (cf. *OVG Saarlouis*, DUV 1973, p. 863 [864]; *BayVGH*, DÖV 1979, S. 569 [570]; de maneira semelhante: *Schwäble*, *op cit.*, p. 229 e *Drosdzol*, *op cit.* [415]) bem como o prévio esgotamento de todos os meios aplicáveis que possibilitem uma realização do direito fundamental dos manifestantes pacíficos (p. ex. mediante a limitação espacial de uma proibição). [...]

(ass.) Dr. *Herzog*, Dr. *Simon*, Dr. *Hesse*, Dr. *Katzenstein*, Dr. *Niemeyer*, Dr. *Heußner*, Dr. *Henschel* (repres. por Dr. *Herzog*)

Como exposto anteriormente, desde 1985 o entendimento era do equilíbrio do direito de manifestar com os demais direitos fundamentais, o que remete à importância do aviso prévio das manifestações.

A difusão do movimento por meio de redes sociais torna mais pública as suas ações e consequentemente facilita a ação dos investigadores.

Merece atenção ainda a atuação das forças de segurança pública no momento das manifestações. Apesar do objetivo dos *Black Blocs* no uso de vestimentas escuras e instrumentos a fim de cobrir suas faces ser garantir o anonimato, as roupas pretas e as máscaras, facilitam a identificação do grupo pelas autoridades, para que esta possa constantemente acompanhar e impedir a danificação do patrimônio de forma célere e eficaz.

7. Caso prático: repórter cinematográfico Santiago Andrade

Em uma manifestação no Rio de Janeiro, no dia 06 de Fevereiro de 2014, cerca de mil pessoas se reuniram pacificamente. Contudo, possíveis integrantes do grupo *Black Bloc*, ao jogarem um artefato em direção às autoridades policiais, atingiram Santiago Ilídio Andrade, cinegrafista. Outras sete pessoas foram feridas, não tendo sido de forma grave.

Ferido na cabeça, o Sr. Santiago teve um afundamento craniano. Não suportando os ferimentos, tendo sua morte cerebral confirmada em 10 de Fevereiro de 2014.

Fábio Raposo Barbosa teve a prisão temporária decretada por ser suspeito de passar o artefato para Caio Silva de Souza, também preso, que o teria acendido. Os mesmos foram identificados como membros do *Black Bloc*.

Em 14 de fevereiro, a Polícia Civil entregou ao Ministério Público do Rio o inquérito policial concluído, nos quais os acusados foram indiciados por crimes de explosão e homicídio doloso triplamente qualificado com por motivo torpe, impossibilidade de defesa da vítima e com emprego de explosivo. Em 20 de fevereiro, fora aceita a denúncia do Ministério Público contra os dois acusados, tendo a prisão temporária convertida em preventiva.

O advogado dos acusados, Wallace Martins, requereu o trancamento do processo por considerar a acusação de homicídio doloso triplamente qualificado excessiva para o fato:

Quarta-feira (30/04/2014) vai ser impetrado um *habeas corpus* para trancar o processo, pedindo o deslocamento da competência do júri, porque o crime não é doloso contra a vida. Se o crime é de homicídio culposo, como sustenta a defesa, ou mesmo de explosão, não pode o Tribunal do Júri, a magistratura popular, ser competente para julgar o processo. Esse processo é de todo absurdo, existe um verdadeiro furor acusatório, reconhecido por um dos desembargadores que julgou o *habeas corpus* na semana passada. (NITAHARA, 2014)

A promotora de Justiça do Ministério Público Isabella Pena Luca sustenta que o caso deve ser levado a júri popular:

O júri é importante, porque o Ministério Público entende que houve o dolo de matar, o dolo eventual, o risco de assumir o resultado: o evento morte do cinegrafista Santiago. Na medida em que, com o lançamento daquele explosivo, assumiu-se o resultado de produzir o evento morte daquele trabalhador, que foi surpreendido pelas costas naquele momento, filmando toda aquela manifestação, e não foi avisado do lançamento daquele explosivo (NITAHARA, 2014).

Em 19 de Agosto o juiz do Terceiro Tribunal do Júri do Rio de Janeiro decidiu que o caso de ir a júri popular não tendo sido a data do julgamento definida, cabendo recurso. Fundamentou o julgador:

Ademais, como sabido, a decisão de pronúncia, não produz coisa julgada, considerando que representa mero juízo de admissibilidade, podendo ser contrariada pela decisão dos jurados, não produzindo efeito *res judicata*, mas apenas preclusão *pro judicato*. Rege-se, pelo dizer uníssono jurisprudencial o princípio *in dubio pro societate* na pronúncia, caso haja dúvida face o conjunto probatório constante na instrução, o juiz deve decidir sempre a favor da sociedade, pronunciando o acusado, encaminhando-o ao julgamento pelo Tribunal do Júri (SOZZA, 2014).

8. Possíveis soluções jurídico penal quanto a conduta criminosa

As manifestações tornaram-se meio de destruição. Tal comportamento, tem esvaziado as legítimas manifestações. Deixa-se, assim, rastros de pânico e destruição e, conseqüentemente, causa-se prejuízo ao erário público.

Como exposto ao longo do artigo, não resta dúvida quanto ao meio pelo qual os *Black Blocs* se manifestam, ou seja, danificando propriedades, principalmente privadas representativas do modo de produção capitalista. Em vista disso, é nítida e imperiosa a necessidade de normatização e regulamentação dessa conduta social.

O promotor de Justiça Criminal Marcelo Luiz Barone, representante do Ministério Público de São Paulo, em entrevista a revista *Veja*, expôs que a inexistência de punição se dá porque a maior parte dos crimes cometidos pelos *black blocs*:

- depredação, desacato e desobediência à ordem policial e o crime de dano - é punida pela Lei dos Juizados Criminais Especiais (9.099/95), que é a lei da impunidade. Ela já nasceu frouxa por impedir prisões em flagrante. Os acusados são levados à delegacia, assinam um termo circunstanciado e vão embora. Precisamos de uma legislação mais severa (ZYLBERKAN, 2013).

Duas perspectivas podem ser observadas. A primeira seria a criação de uma norma penal incriminadora, a fim de definir quem seriam os *Black Blocs* e tipificar suas respectivas condutas ilícitas.

Essa norma deve observar os direitos fundamentais, mais precisamente o de manifestação. Encontramos uma linha tênue quanto a esse aspecto tendo em vista a necessidade de punir sem que ocorra abuso por parte do Estado, impedindo que a forma mais democrática de reivindicar direitos políticos possa ser feita.

Como exposto anteriormente, a outra corrente seria enquadrar a conduta em norma já existente. Gilberto Carvalho, ministro da Secretaria Geral da Presidência da República afirmou que “hoje não vejo necessidade de uma nova legislação para manifestações. O recuo do governo se deu em grande parte por essa consciência, de que a melhor solução era o diálogo e apostar no bom senso das pessoas” [...].

Hoje entendemos que o aparato legal que temos é suficiente para coibir abusos, é por aí que vai a evolução na posição do governo. Temos que apostar tudo por um lado no diálogo e em segundo na evolução dos acontecimentos ligados a Copa. As pessoas vão se dando conta que uma série de previsões alarmistas e catastróficas não se confirmaram (REBELLO; SEGALLA, 2014).

Há a possibilidade de enquadramento da conduta na Lei de Segurança Nacional, no crime de dano, de apologia, assim como no delito de associação criminosa. A Lei nº 7.170/83, a chamada Lei de Segurança Nacional, assim dispõe:

Art. 1º [...]

§ 1º Está incurso nesta lei quem expõe a perigo o regime democrático.

Art. 20 Saquear, devastar, depredar, provocar explosão (reclusão de 3 a 10 anos).

Art. 23 Incitar à subversão da ordem social (reclusão de 1 a 4 anos).

A lei restou promulgada durante o regime militar em 1983. Portanto, um texto com o objetivo maior de proteger a ditadura que se instalou no país. A legislação fora recepcionada pela presente constituição e não restou revogada por diploma posterior algum, encontrando-se em pleno vigor.

Aqueles contrários a aplicabilidade da lei no presente caso, alegam ser o seu conteúdo contrário ao Estado democrático de Direito, assim como aos direitos fundamentais, possuindo conteúdo autoritário. E os favoráveis, expõe que o Código Penal em vigor não é capaz de punir o grupo de forma eficiente e efetiva.

A lei possui um caráter extremamente amplo, mormente por causa do regime militar em que a mesma fora celebrada. Aplicar a mesma em questão que envolve direito fundamental, devidamente tutelado pela Constituição, não se mostra entendimento correto. A sua aplicabilidade desordenada poderia restringir a liberdade de manifestar e de reivindicar por políticas governamentais eficazes e de qualidade.

Ainda existe a possibilidade de adequar a conduta como crime de dano. Dispõe o Código Penal, em seu art. 163: “destruir, inutilizar ou deteriorar coisa alheia: Pena - detenção, de 1 (um) a 6 (seis) meses, ou multa”.

O parágrafo único do dispositivo legal dispõe sobre as qualificadoras:

Parágrafo único. Se o crime é cometido:

[...]

II - com emprego de substância inflamável ou explosiva, se o fato não constitui crime mais grave;

III - contra o patrimônio da União, Estado, Município, empresa concessionária de serviços públicos ou sociedade de economia mista;

Pena - detenção, de 6 (seis) meses a 3 (três) anos, e multa, além da pena correspondente à violência.

O grupo encontra-se frequentemente com instrumentos capazes de destruir a propriedade, assim como de defendê-los do que eles interpretam como a conduta abusiva da polícia. Tais utensílios possibilita qualificar a conduta dos Black Blocs no inciso II, exemplificando com o caso do cinegrafista Santiago que fora atingido com um artefato explosivo.

Quanto ao patrimônio público, mencionado no inciso III do parágrafo único do art. 163, mesmo que o objetivo do grupo seja atingir as empresas privadas, no momento que a polícia tenta combater a ação, o conflito gera danificação e perda em placas, calçadas, iluminação pública, entre outros.

A exclusiva responsabilidade patrimonial é equivocada. Como exposto anteriormente no caso do cinegrafista Santiago Andrade, a forma de protesto pode atingir o bem fundamental vida. Mesmo que suas ideologias sejam a violência contra objeto e não contra a pessoa, a forma com a qual os mesmos o fazem é desproporcional e sem medir qualquer consequência.

Quanto ao dano simples, sendo infração de menor potencial ofensivo regulado pela Lei do Juizado Especial, há uma fragilidade na utilização da norma ao caso diante da impossibilidade de prisão em flagrante, tendo como primeira conduta a proposta do acusado em comprometer-se a comparecer em Juízo, possibilitando a dispensa da medida

Dispõe o artigo 69 em seu parágrafo único da Lei 9.099/95:

Ao autor do fato que, após a lavratura do termo, for imediatamente encaminhado ao juizado ou assumir o compromisso de a ele comparecer, não se imporá prisão em flagrante, nem se exigirá fiança. Em caso de violência doméstica, o juiz poderá determinar, como medida de cautela, seu afastamento do lar, domicílio ou local de convivência com a vítima.

O artigo 286 do Código Penal estabelece o crime de incitação ao crime, assim como o art. 287 quanto a apologia:

Art. 286 - Incitar, publicamente, a prática de crime:

Pena - detenção, de 3 (três) a 6 (seis) meses, ou multa.

Art. 287 - Fazer, publicamente, apologia de fato criminoso ou de autor de crime:

Pena - detenção, de 3 (três) a 6 (seis) meses, ou multa.

Pode-se observar a ocorrência de tal crime nas redes sociais com publicação de fotos e vídeos dos confrontos entre o grupo e policiais, além de textos com convocações para protestos. Claro, que tal enquadramento deve ser feito de forma criteriosa, sendo demonstrada a real intenção dos agentes.

Quanto à associação criminosa, tem-se a Lei nº 12.850/13 que alterou o artigo 288 do Código Penal:

Art. 288. Associarem-se 3 (três) ou mais pessoas, para o fim específico de cometer crimes:

Pena - reclusão, de 1 (um) a 3 (três) anos.

Parágrafo único. A pena aumenta-se até a metade se a associação é armada ou se houver a participação de criança ou adolescente.

A vantagem do enquadramento da conduta no crime de associação criminosa é punir coletivamente, ao invés de apurar os danos causados de forma individual. Não faz sentido ao presente crime, a apuração da conduta dos agentes de forma isolada, o que causaria gasto material e temporal, esse último de suma importância judicial, diante do dever fundamental na busca por uma Justiça célere. É claro, porém, que a utilização do delito deve ocorrer apenas em fatos com seus elementos essenciais, evitando qualquer abuso.

Cediço que a conduta deve ser regulamentada a fim de evitar qualquer tipo de dúvida quanto a tipificação, deixando clara a existência de um crime para a forma como os *Black Blocs* manifestam.

Nesse sentido, Marília Almeida Rodrigues Lima aponta:

Para uma ação humana ser um crime, é necessária a presença de todos os elementos constitutivos deste. Em primeiro lugar, a existência de seu ajuste perfeito a uma descrição delituosa contida na lei penal, a tipicidade. Deve haver previsão legal do delito. Não obstante, para ocorrer efetiva tipicidade, a conduta humana deve, também, ser materialmente ofensiva ou perigosa ao bem jurídico tutelado, ou ética e socialmente reprovável. Não basta a subsunção do comportamento a uma norma incriminadora. Ações toleradas pela coletividade ou causadoras de danos desprezíveis ao bem protegido não se abrangem pelo tipo legal do crime (LIMA, 2000).

Diante disso, a responsabilidade deve englobar o direito penal, considerando que a conduta viola um bem penalmente protegido.

Podemos fundamentar tal entendimento com o posicionamento do jurista Canterji (2008, p. 75).

[...] inicialmente se coloca como missão do Direito Penal a tutela do bem jurídico e, em seguida, afirma-se que *bem jurídico é todo Estado Social pretendido que o Direito deseja assegurar contra lesões*. Em outras palavras, o objetivo do Direito Penal é a tutela do bem jurídico, podendo esse ser conceituado *como todo valor da vida humana protegido pelo Direito*.

Claus Roxin dispõe (2006, p.40):

Querendo o Direito penal proteger bens jurídicos contra os ataques humanos, isto só será possível na medida em que o Direito Penal proíba a criação de riscos não permitidos e, ademais, valore a infração na forma de uma lesão do bem jurídico, como injusto penal. Portanto, ações típicas são sempre lesões de bens jurídicos na forma de realização de riscos não permitidos, criados pelos homens.

Quanto à possibilidade de criação de uma lei específica que penalizaria de forma direta os *Black Blocs*, há como quesito básico para a formação de qualquer legislação, a observância da conduta social como ação com consequências jurídicas e que merece atenção do direito, atingindo-o diretamente.

Mesmo que a atuação dos *Black Blocs* se deem desde 2000, inexistente lapso temporal suficiente a fim de caracterizar a ação do grupo como permanente e contínua. Durante esse período, o mesmo encontrava-se adormecido, tendo atuado de fato somente no ano de 2013.

Quanto a tipificação por crime de dano, tal tipo é limitado à esfera patrimonial, o fato de *destruir, inutilizar ou deteriorar coisa alheia*.

Diante disso, a associação criminosa se mostra tipo penal mais adequado destacando a pena a eles imputada, mostrando-se eficaz, podendo chegar a oito anos.

Dentro do grupo, podemos identificar membros responsáveis por organizar as ações, buscando objetos de camuflagem e danificação, e promover até mesmo “gritos de ordem” a fim de iniciar o conflito.

Mas a maior vantagem quanto a tipificação da conduta como associação criminosa, é a possibilidade de prisão em flagrante, em favor da segurança e da ordem social, forma de cessar a prática criminosa ou seu exaurimento, assim como perturbação da ordem jurídica. Tal medida se mostra necessária a fim de manter a segurança coletiva.

9. Conclusão

Pode-se concluir que *Black Blocs* é a reunião de pessoas mascaradas e vestidas de preto com o fim de danificar, destruir a propriedade privada, assim como instituições públicas que, na concepção do grupo, seriam exploradoras e materialistas.

Infelizmente, as manifestações tornaram-se meio de destruição e prejuízo público. Tal comportamento tem esvaziado as legítimas manifestações e prejudicado o direito.

É cediço que qualquer direito não é absoluto, assim como o de manifestar. Tal direito também deve seguir regras como o aviso com antecedência as autoridades, a fim de não atentar contra outro direito, como o direito de ir e vir dos outros. A Constituição Brasileira, em seu artigo 5º, dos direitos fundamentais, protege o direito de manifestações. Contudo, a realização deve ser pacífica, em locais públicos e com aviso prévio à autoridade competente.

Quanto a tutela aos direitos, a principal observância deve ser a necessidade de separar os manifestantes dos “baderneiros” de todo tipo. Há muitas pessoas querendo manifestar pacificamente, sem precisar enfrentar a polícia, quebrar coisas e afins. Isso deve ser respeitado. Isso é tratamento igualitário no limite das desigualdades, isso é democracia.

Por razões óbvias, o que o *black bloc* faz é ilegal, motivo pelo qual eles não se identificam. Por isso, o ato deve ser impedido de forma imediata.

Diante do aumento da violência e abuso do direito, é nítida e imperiosa a necessidade de normatização e regulamentação da conduta.

Concluimos que o melhor enquadramento, de modo geral, é a associação criminosa, em seu artigo 288 Código Penal com a possibilidade de flagrante, garantindo a segurança geral.

Referências Bibliográficas

ALEXY, Robert. **Teoria dos Direitos Fundamentais**. Tradução de Virgílio Afonso da Silva. São Paulo: Malheiros, 2008.

BRASIL. **Vade Mecum**. 11º. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

CANTERJI, Rafael Braude. *Política criminal e direitos humanos*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008.

Erik Gandini (2003), “**Surplus: Terrorized Into Being Consumers**”, Disponível em <youtube.com/watch?v=YbpmWeymWWw#t=12>. Acesso 25 de Junho de 2014

FIUZA, Bruno. **Black Blocs**: a origem da tática que causa polêmica na esquerda. Publicado em outubro 2013. Disponível em <<http://www.viomundo.com.br/politica/black-blocs-a-origem-da-tatica-que-causa-polemica-na-esquerda.html>>. Acesso em 25 de Junho de 2014.

LIMA, Maria Almeida Rodrigues. **A exclusão da tipicidade penal**: princípios da adequação e da insignificância. Disponível em: <www.jus.com.br>. Acesso em: 08 jul. 2005.

LOCATELLI, Piero. VIEIRA, Willian. **O Black Bloc está na rua**. Publicado em agosto 2013. Disponível em <<http://www.cartacapital.com.br/revista/760/o-black-bloc-esta-na-rua-7083.html>>. Acesso em 25 de Junho de 2014.

LUDD, Ned. **Urgência das ruas**. *Black Block, Reclaim the Streets e os dias de Ação Global*. Trad. de Leo Vinicius. São Paulo, *Conrad*, 2002.

MONTEIRO, Paulo Cezar. Black Bloc: "Fazemos o que os outros não têm coragem de fazer". **Revista Fórum**, São Paulo, Agosto de 2014.

NITAHARA, Akemi. **Advogados de defesa do caso Santiago vão pedir trancamento do processo**. Publicado em abril 2014. Disponível em <<http://agenciabrasil.etc.com.br/geral/noticia/2014-04/advogados-de-defesa-do-caso-santiago-vaopedir-trancamento-do-processo>>. Acesso em 26 de Junho de 2014.

OLIVEIRA, Pâmela. O Bloco do Quebra-Quebra. **Revista Veja**, São Paulo, p.79, 21 Ago. 2014.

PAZZANO, Sam. **American G20 protester sentenced to seven months**. Publicado em fevereiro 2014. Disponível em <<http://www.torontosun.com/2014/02/03/american-g20-protester-sentenced-to-seven-months>>. Acesso em 26 de Junho de 2014.

QUEIROZ, Paulo de Souza. **Direito Penal: Introdução crítica.** São Paulo: Saraiva, 2001.

ROXIN, Claus. **A proteção de bens jurídicos como função do Direito Penal.** Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006.

RABELLO Aiuri; SEGALLA, Vinícius. **Governo desiste de lei que enquadra 'black blocs' durante protestos na Copa.** Publicado em Maio 2014. Disponível em <<http://copadomundo.uol.com.br/noticias/redacao/2014/05/15/governo-desiste-de-lei-que-enquadra-black-blocs-durante-protestos-na-copa.htm>>. Acesso em 27 de Junho de 2014.

SABINO, Mario. Em defesa da Maioria. **Revista Veja.** São Paulo, p.64, 16 de Outubro de 2013.

SARMENTO, Leonardo. **BLACK BLOCS E A LEI DE SEGURANÇA NACIONAL,** Publicado em Outubro 2013. Disponível em <<http://www.brasil247.com/pt/247/artigos/118111/Black-Blocs-e-a-Lei-de-Seguran%C3%A7a-Nacional.htm>>. Acesso em 27 de Junho de 2014.

SOZZA, Gerry Marcio. **Acusados de morte de Santiago Andrade serão julgados por júri popular.** Publicado em Agosto de 2014. Disponível em <<http://gerry.jusbrasil.com.br/noticias/134557682/acusados-de-morte-de-santiago-andrade-serao-julgados-por-juri-popular>>. Acesso em 31 de Outubro de 2014.